



Comissão de Desenvolvimento Urbano - CD

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2018.

(Do Sr. Givaldo Vieira e da Sra. Alice Portugal)

***Requer a realização de Audiência Pública
da Comissão de Desenvolvimento Urbano
– CDU destinada a discutir a polêmica
implantação do BRT de Salvador.***

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa, com base nos art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 24, inciso VII, e art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de sessão de Audiência Pública da Comissão de Desenvolvimento Urbano – CDU destinada a discutir a polêmica implantação do Bus Rapid Transit (BRT) de Salvador e as implicações urbanísticas, sociais e ambientais provocadas pelo projeto.

Requeremos ainda a Vossa Excelência que sejam convidados para participar desta Audiência Pública as seguintes autoridades:

- 1- Prefeito Municipal de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto;
- 2- Conselho de Arquitetura e Urbanismo Seccional Bahia;
- 3- Instituto dos Arquitetos do Brasil Seccional Bahia;
- 4- Tribunal de Contas da União;
- 5- Grupo Ambientalista da Bahia (Gambá), Renato Cunha.



Justificação

Com obras iniciadas há mais de um mês, no dia 29 de março, o projeto do Bus Rapid Transit (BRT) em Salvador tem provocado polêmica, com protestos feitos por ambientalistas, urbanistas, moradores e artistas. Especialistas e entidades da área ambiental, de mobilidade, de arquitetura e urbanismo afirmam que o polêmico projeto, além de seu custo estratosférico, causará irremediáveis danos ambientais com o corte de centenas de árvores centenárias e o tamponamento de rios e na inclusão de faixas voltadas para carros ao contrário de priorizar o transporte coletivo.

As obras do primeiro trecho do BRT de Salvador tiveram início no dia 29 de março de 2018. Com 2,9 km de extensão, o trecho ligará a região do Parque da Cidade à estação de integração do metrô na área da rodoviária e Shopping da Bahia. O segundo trecho do BRT, com 5,5 km de extensão, ligará o Parque da Cidade e a Lapa.

A prefeitura de Salvador obteve de limite de crédito o valor de R\$ 820 milhões para a obra inteira, com empréstimo da Caixa Econômica Federal e recursos do Orçamento Geral da União (OGU). No entanto, o valor que será executado depende de cada licitação para as fases do sistema. Na primeira etapa, o orçamento foi de R\$ 377 milhões, mas, após a licitação, o valor que será aplicado foi definido em R\$ 212 milhões.

Porém, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) na Bahia afirma que o projeto do BRT foi feito "sem projeto técnico completo (urbanismo, paisagismo, arquitetura, engenharia, infraestrutura, trânsito e plano operacional de transportes), sem licenciamento, sem estudo de impactos de vizinhança (EIV) ou qualquer demonstrativo de que o BRT é a melhor opção de modal para articulação com o metrô".

O professor Juan Pedro Moreno Delgado diz que o projeto está sendo implantado sem planejamento. "Em termos de planejamento, as pessoas estão avaliando projeto, sem avaliar plano de mobilidade. Estamos fazendo o caminho inverso. Estamos fazendo primeiro o projeto, depois os planos. A nossa cidade está cheia de projetos em planejamento. Não tem plano aceito e discutido com a sociedade. Por isso a reação social", avalia. O professor também defende que, ao ligar a Lapa até a Rodoviária, em trecho que já abriga o metrô, o BRT não terá demanda suficiente de passageiros, mesmo passando pela Lucaia e pela Avenida Vasco da Gama, onde não há estações do sistema metroviário.

Até o cantor e compositor Caetano Veloso manifestou-se contrário à obra dizendo: "Salvador precisa é que se plantem árvores nela, não que se lhe cortem árvores. Para a modernização do transporte público na cidade é preciso uma conversa boa, produtiva, responsável e corajosa da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

prefeitura da cidade com os ambientalistas, com os urbanistas, com as pessoas que discutem a questão da sociedade na Bahia”.

De quebra, o baiano critica a falta de debate com a sociedade: “O BRT que está sendo anunciado está sendo justamente discutido por pessoas que têm preocupações com essas questões. E eu acho que sem o avanço dessas discussões não se pode aceitar que se cortem árvores centenárias e que se danifique a paisagem urbana de Salvador por uma opção de ‘progresso’”.

Ante o exposto, levando em consideração que o polêmico e atabalhado projeto do BRT de Salvador pode causar graves impactos na estrutura urbanística de uma cidade centenária, patrimônio histórico do Brasil, acreditamos ser necessário o debate sobre este assunto na Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2018.

Alice Portugal
Deputada Federal

Givaldo Vieira
Deputado Federal